

O DESENVOLVIMENTO COMO LÓGICA COLONIAL: CELSO FURTADO E A CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO ALTERNATIVO A PARTIR DO SUL GLOBAL^{1 2}

THE DEVELOPMENT AS COLONIAL LOGIC: CELSO FURTADO AND THE CONSTRUCTION OF AN ALTERNATIVE THINKING FROM THE GLOBAL SOUTH

Vico Melo | vico.melo@academico.ufpb.br | Professor do Departamento de Gestão Pública e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (DGP/PGPCI-UFPB). Doutor em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pela Universidade de Coimbra, mestre em Ciência Política pela UFPE e bacharel em Relações Internacionais pela UEPB

Recebimento do artigo Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

Resumo: Esse artigo parte de uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento, das contribuições epistemológicas produzidas por diversos autores do Sul global, tendo como destaque o paraibano Celso Furtado. Para esses autores e principalmente para Furtado, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram partes inerentes e inevitáveis do próprio desenvolvimento do capitalismo/colonialismo imposto pelas potências do Norte global. Dessa forma, o processo de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial nos contextos afro-asiáticos e caribenhos produziu uma intensa solidariedade de luta e pensamento, identificando o colonialismo como parte dos problemas econômicos-sociais nas sociedades do Sul global. Portanto, faz-se necessário trazer à luz do debate acadêmico tais autores, com destaque ao paraibano Celso Furtado, que traduziu em suas obras as desigualdades e possibilidades de rompimento com o modelo dominante de pensar nas ciências sociais.

Palavras-chave: Colonialismo; desenvolvimento; Sul Global; Celso Furtado.

Abstract: This paper does a critical reflection about development and the epistemological contributions produced by several authors of the global South, especially Celso Furtado from Paraíba-Brazil. According to these authors and mainly for Furtado, the development and underdevelopment were inherent and inevitable parts of the development of capitalism/colonialism imposed by the great powers of global North. Thus, the process of decolonization of post-second world war in the Afro-Asian and Caribbean contexts produced an intense solidarity of struggle and thoughts, identifying colonialism as part of economic and social problems in the global South societies. Therefore, highlighting these authors is necessary to the academic debate, particularly on Celso Furtado that translated in his work the inequalities and possibilities of disruption with the hegemonic model of thinking on the social science.

Keywords: Colonialism; Development; Global South; Celso Furtado.

BREVES COMENTÁRIOS INICIAIS

Uma questão me parece inaceitável, é que tantos estudiosos e estudantes da periferia do capitalismo, sobretudo aqueles do campo das Relações Internacionais, não incorporem Celso Furtado como um autor desse campo. Uma larga maioria prefere reproduzir os autores canônicos da disciplina, mormente dos Estados Unidos da América, que são, no mais das vezes, funcionários do Estado, assessores do Pentágono, do Sistema de Defesa, ou de Think-tanks que lidam com segurança internacional; guerras e conflitos militares; economia; estratégias e tecnologias, entre outras (COSTA LIMA, 2020, p. 56-57).

Se desejamos transformar a África numa nova Europa, a América numa nova Europa, então confiemos aos europeus o destino de nosso país. Eles saberão fazê-lo melhor do que os mais bem dotados dentre nós. Mas, se queremos que a humanidade avance um furo, se queremos levar a humanidade a um nível diferente daquele onde a Europa a expôs, então temos de inventar, temos de descobrir (FANON, 1968, p. 275).

Esse artigo foi resultado de um convite que havia recebido, no passado, de meu antigo orientador e amigo Marcos Costa Lima, destinado a um livro que ele iria organizar e publicar sobre a vida e obra de Celso Furtado. Infelizmente, por cortes orçamentários em diversos programas de incentivo à pesquisa no Brasil, com maior profundidade desde os anos 2019, o livro acabou por não ser lançado. Antes de adentrar sobre o pensador Celso Furtado, não poderia deixar de homenagear essa grande figura que foi Marcos, como orientador, tutor e, tendo a vida os seus caminhos não-lineares, vi-o tornando-se um grande amigo, com o qual sempre pude compartilhar anseios e expectativas acadêmicas e da vida no seu dia a dia. A sua partida, de forma abrupta, deixou um vazio em quem sempre esteve perto e o tinha como um farol que iluminava com seu sorriso e sagacidade intelectual.

¹ Em memória ao grande amigo, Marcos Costa Lima. Acima de tudo, um grande ser humano!

² Agradeço à leitura atenciosa de Glenda Dantas, quem contribuiu enormemente com sugestões para a conclusão deste artigo.

É nesse ponto que chego em Celso Furtado, a quem sempre admirei pesquisar, desde a graduação até o doutorado. E foi através de Marcos que obtive um grande incentivo em transformá-lo como parte integrante de minhas agendas de pesquisa, dada a centralidade da sua preocupação social em suas obras. Todavia, não é uma tarefa fácil escrever e fazer jus ao pensamento desse ilustre pensador paraibano e sertanejo de Pombal-PB, devido à magnitude para o pensamento econômico e às ciências sociais, além da responsabilidade em discutir um pensamento profundo sobre as realidades econômicas, sociais e culturais dos países da periferia do sistema-mundo moderno, principalmente daqueles da América Latina.

Uma das primeiras afirmações de Furtado que me conduzem no mundo acadêmico e na vida, é a tomada de decisão do pesquisador em interferir no processo histórico, tendo como princípio norteador a ética (FURTADO, 1998). Celso Furtado expunha de forma nítida que o discurso da ciência moderna (positivista), que colocava o pesquisador como um observador neutro e imparcial, sem se deixar influenciar pelo “mundo externo”, não dava respostas satisfatórias aos problemas econômicos-sociais existentes na sociedade. Muito disso se devia ao processo de cooptação do Estado e dos poderes econômicos, mas que não se explicitava na ordem do dia. Nas palavras de Furtado (1998, p. 11),

As ciências sociais ajudam os homens a solucionar problemas práticos de várias ordens, mas também contribuem para conformar a imagem do mundo que prevalece em certa sociedade. Por esse lado, elas servem de cimento a um sistema de dominação social que legitimam. Portanto, é natural que as estruturas de poder procurem cooptar os homens de ciência, e que o controle da orientação da pesquisa seja objeto de tantas controvérsias.

Ou seja, Furtado entendia que um trabalho acadêmico/intelectual só poderia ser realmente ético, a partir do interesse do pesquisador em observar, analisar e assumir uma posição de transformação da realidade na qual está inserido. Foi dessa forma que o autor aqui analisado tanto se debruçou sobre a questão do desenvolvimento (e subdesenvolvimento) na sociedade brasileira, especificamente, e latino americana, de modo mais abrangente, devido a sua própria vivência, nascido no sertão da Paraíba, na cidade de Pombal, observando de perto a questão do desenvolvimento capitalista e suas lógicas de subdesenvolvimento na periferia.

E é seguindo essa concepção de mundo que me vi imbuído a trabalhar com essa temática, mesmo que na área das Relações Internacionais, devido ao meu percurso de vida, vindo de uma família do sertão paraibano, onde pude perceber, através da vivência e da prática de vida, a lógica do desenvolvimento capitalista nessa região do Nordeste. Essa observação nunca esteve desligada das peculiaridades políticas, sociais, culturais e econômicas dessa região, levando o mantra de que não existe pesquisador ou teoria desligado do contexto em que se fala ou de interesses pessoais – a máxima de Robert Cox (1986), de que toda teoria é feita por alguém e com algum interesse.

Dessa forma, esse artigo se propôs a analisar, primeiramente, a questão do desenvolvimento e suas complexidades, entre o discurso e a prática implementada pelos países do Norte global nos países do Sul global. Posteriormente, buscou-se trabalhar com a crítica ao discurso do desenvolvimento e suas lógicas de subdesenvolvimento das sociedades periféricas, se utilizando da análise histórico-social da relação de centro-periferia no sistema mundo moderno, em que autores latino americanos e africanos como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Gunder Frank, Kwame Nkrumah e Walter Rodney começaram a expor tais problemáticas. Por fim, intenta-se um aprofundamento crítico do pensamento de Furtado sobre o desenvolvimento, assim como outras possibilidades para além do conceito de desenvolvimento eurocentrado.

O DESENVOLVIMENTO E SUA LÓGICA COLONIAL: O DISCURSO DA COOPERAÇÃO COMO IMPOSIÇÃO

A concepção de desenvolvimento há muito está atrelada aos desígnios do pensamento moderno ocidental, como um trem que segue o seu caminho em marcha contínua, linear e progressiva. Ao que concerne à cooperação internacional, a característica principal das literaturas e das ações nessa área – entre meados e fins do século XX – era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas, de comportamentos, atitudes e valores identificados com a ciência política, social e econômica moderna, sendo a sua finalidade baseada em um destino único, inexorável e universal a toda a humanidade (TUCKER, 1999).

As teorias do desenvolvimento³, elaboradas nos contextos anglo-saxônico e europeu, buscavam localizar e analisar os obstáculos existentes à implantação da modernidade ocidental nas sociedades periféricas. Para isso, procuravam instrumentalizar formas de atuação capazes de almejar os resultados desejados dentro da perspectiva do desenvolvimento, no intuito de aproximar cada sociedade existente, independente de seus contextos, em “sociedades de consumo em massa”⁴ imaginadas como fim em si mesmas.

A própria lógica colonial traz em seu escopo o discurso de que os projetos coloniais são a transposição dos avanços alcançados pelas sociedades coloniais àquelas em um estágio de inferioridade civilizacional, na concepção ocidental de progresso/desenvolvimento/civilização. No processo de partilha da África, ocorrida na Conferência de Berlim (1884-1885), projetava-se nos discursos oficiais das potências coloniais o “suporte” missionário e institucional visando à educação dos nativos e a “compreensão e apreciação para os benefícios da civilização” (TUCKER, 1999, p.7).

Norman Angell (2002 [1909]) demonstra o quão presente é o pensamento que afirmava que o processo colonial nada mais era que uma cooperação firmada entre o colonizador e o colonizado. Angell (2002, p. 214) escrevia à época que “a Inglaterra tem empregado a força para fins, sobretudo policiais, enquanto a Espanha a usou para os objetivos formulados pelos seus diplomatas”. A Inglaterra tendia à cooperação”. O termo “fins policiais” se referia à crença de que a potência externa tinha como incumbência o apaziguamento do estado de natureza vivenciada pelas sociedades tidas como “selvagens” ou “semi-selvagens”, as quais poderiam, após o processo de pacificação, estabelecer cooperações mútuas.

A potência colonial ficava encarregada, segundo o discurso hegemônico da época, de manter a paz social e o progresso – econômico, político, social e cultural – no território colonizado, enquanto a nação colonizada garantiria facilidades econômicas e comerciais ao colonizador. Isso se pôde notar claramente no pacto constitutivo da Liga das Nações, em 1919, após a Grande Guerra, em que o continente europeu foi o grande palco do conflito. No artigo 22, do pacto constitutivo da Liga das Nações, afirma-se

Os princípios seguintes aplicam-se às colônias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização e convém incorporar no presente Pacto garantias para o cumprimento dessa missão.

O melhor método de realizar praticamente esse princípio é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas que, em razão de seus recursos, de sua experiência ou de sua posição geográfica, estão em situação de bem assumir essa responsabilidade e que consistam em aceitá-la: elas exerceriam a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade.

O caráter do mandato deve ser diferente conforme o grau de desenvolvimento do povo, a situação geográfica do território, suas condições econômicas e todas as outras circunstâncias análogas.⁵

Mesmo após a Primeira e Segunda Guerra Mundial (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), que envolveu praticamente todos os países da Europa e que interiorizou toda a barbárie no seu próprio cerne, até então usadas somente contra os povos não-ocidentais⁶ – baseada nos próprios avanços da ciência e da técnica que eram diuturnamente exaltados pelo ocidente – ainda perdurava a visão de que a Europa vivia o estágio civilizacional mais avançado. Essa concepção da necessidade do colonizador em “tutelar” outros povos se sustentava no conceito de progresso, desenvolvido no cerne do pensamento iluminista e reforçada a partir das revoluções liberais do século XVIII e XIX, partindo da ideia de que

os seres humanos, as sociedades, as ciências, as artes e as técnicas melhoram com o passar do tempo, acumulam conhecimento e práticas, aperfeiçoando-se cada vez mais, de modo que o presente é melhor e superior, se comparado ao passado, e o futuro será melhor e superior, se comparado ao presente (CHAUÍ, 2000, p. 59).

³ O debate mais intenso sobre a “teoria do desenvolvimento” se deu entre as décadas de 1950 e 1970, principalmente ligadas aos teóricos da escola liberal – representando maior impacto as teorias de Walt Rostow – e aqueles teóricos críticos da ideia hegemônica sobre desenvolvimento, representados pelas escolas cepalina, da dependência e pós/descoloniais.

⁴ Termo cunhado por Walt Rostow acerca do último estágio das sociedades desenvolvidas, seguindo um percurso linear de sociedades tradicionais, seguindo por um “take-off” até a sociedade de consumo em massa.

⁵ O pacto constitutivo pode ser encontrado tanto em versão inglesa quanto portuguesa. Disponíveis em: < http://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp#art22> e < <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/his1919.htm>>. Acesso: em 26/03/2015.

⁶ Cesaire (2006) expôs tal problemática em sua obra “Discurso sobre el Colonialismo”, do qual demonstrava que o choque dos europeus com o nazismo em seus próprios contextos nada mais seria que o fruto de uma hipocrisia seletiva, pois os crimes eram até então direcionados aos povos não europeus. Relata Cesaire (2006, p. 15): “E então, um belo dia, a burguesia foi acordada por um choque terrível: as gestapos em plena atividade, as prisões cheias, os torturadores inventando, refinando, discutindo ao redor dos cavaletes [...] As pessoas se espantaram, ficaram indignadas. Diziam: ‘Que coisa estranha! Bah! É o nazismo, isso não vai durar!’ E esperaram, alimentaram expectativas; e esconderam de si próprios a verdade, ou seja, que é mesmo uma barbárie, mas a barbárie suprema, aquela que coroa, que resume o cotidiano de todas as barbáries; sim, é apenas o nazismo, mas antes de sermos as suas vítimas, fomos os seus cúmplices; este nazismo aí, nós o apoiamos antes de sofrer o seu peso, nós o absolvemos, fechamos o olho, o legitimamos, porque, até então, ele só tinha sido aplicado a povos não europeus; este nazismo, nós o cultivamos, somos responsáveis por ele, por seus disfarces, por sua penetração, sua infiltração, antes de absorvê-lo pelas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização cristã e ocidental”.

Ou seja, a constituição da ideia de desenvolvimento esteve atrelada ao pensamento moderno ocidental, em que uma entidade exterior garantiria os benefícios das sociedades “avançadas” aos povos subjugados, considerados inferiores na escala do “desenvolvimento humano”. Para Milani (2012, p. 212), “as noções de ‘cooperação internacional’ e ‘desenvolvimento’ acompanham a própria história do sistema econômico capitalista, do projeto universalizante de modernização das sociedades e do liberalismo multilateral nas relações internacionais”, enquanto Arturo Escobar (1995, p. 26) afirma que o discurso oficial do desenvolvimento foi elaborado “no período entre guerras, [em que] a base foi preparada por instituições de desenvolvimento como uma estratégia para converter o mundo colonial e reestruturar as relações entre colônias e metrópoles”.

Com o fim da segunda guerra mundial e o advento da guerra fria, surgiu, no discurso da política internacional, a ideia da cooperação para o desenvolvimento, assim as nações “menos avançadas” deveriam receber a cooperação para a “decolagem” – a marcha inevitável para o progresso. As ações para a implementação de tais políticas visavam aproximar os países que passavam pelo processo de libertação do jugo colonial para um dos blocos de poder que ascendeu no período da guerra fria – de um lado o bloco capitalista, tendo os Estados Unidos como grande potência, e do outro o bloco socialista, tendo a União Soviética como grande potência. A guerra fria acabou por institucionalizar e legitimar a cooperação para o desenvolvimento, através de Políticas de Estado e por meio das organizações internacionais – Banco Mundial, FMI e ONU (MILANI, 2012). Nesse sentido, Furtado (2000, p. 25-26) afirmava

A superestrutura institucional então criada (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, GATT) destinou-se a assegurar, mediante uma tutela indireta, que as políticas econômicas nacionais levassem na devida conta o objetivo maior da estabilidade internacional. Reviveu-se, assim, sob a tutela dos Estados Unidos, o projeto de estruturação de um sistema econômico mundial, a partir de um centro nacional dominante, ensaiado um século antes pela Inglaterra.

Em 20 de janeiro de 1949, após o discurso de Harry Truman⁷ – presidente dos EUA à época – foi-se delimitando o escopo do que viria a ser cooperação para o desenvolvimento nas relações internacionais. Estabeleceu-se a divisão no contexto internacional entre nações “desenvolvidas” (ricas) e “subdesenvolvidas” (pobres)⁸, das quais as primeiras seriam detentoras do progresso científico-tecnológico e fruto de uma sociedade do consumo, enquanto a segunda estaria representada pelo “atraso” econômico, cultural e pela desigualdade social (ABRAHAMSEN, 2000). O fardo civilizatório, inerente às nações avançadas, passava, nesse momento, dos projetos coloniais para a assistência ao desenvolvimento.

O programa de assistência internacional para o desenvolvimento, criado em 1950 por Truman, baseava-se principalmente em dois pontos, de acordo com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, sigla em inglês): “criar mercados para os Estados Unidos, pela redução da pobreza e pelo aumento da produção nos países em desenvolvimento; e diminuindo a ameaça do comunismo, ajudando os países a prosperarem sob o capitalismo”⁹. O comunismo era o grande “mal” que os EUA visavam combater e impedir a sua expansão pelo mundo, por isso a ideia de que a pobreza seria uma das grandes portas para a entrada da ideologia comunista, sendo um problema a ser combatido com todos os recursos e as forças disponíveis pelo ocidente.

Para além do embate entre os dois blocos centrais de poder, o discurso sobre desenvolvimento tornava-se um discurso moralista e suas ações práticas se envolviam em mecanismos para manutenção do status quo pós-guerra. Dentre os discursos moralistas – colocando em evidência que as palavras mudam, mas os seus sentidos não –, John Kennedy em mensagem ao Congresso dos Estados Unidos, declarou, em 1961:

Não há escapatória para as nossas obrigações: nossa obrigação moral como sábio líder e bom vizinho na comunidade interdependente de nações livres – nossas obrigações econômicas como povo mais rico do mundo, em um mundo de povos pobres, em sua maioria, como uma nação que já não depende de empréstimos do exterior que uma vez nos ajudou a desenvolver nossa própria economia – é nossa obrigação política como maior contragolpe aqueles adversários da liberdade.¹⁰

⁷ Os pontos levantados por Truman foram diversas medidas adotadas como forma de barrar o avanço do comunismo no mundo e aumentar a zona de influência do poder estadunidense nos países recém-independentes e na periferia do sistema mundo moderno.

⁸ Tal polarização entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, foi referenciado por Truman no seu discurso em 20 de janeiro de 1949, relativo ao “ponto quatro” em que afirmou: “Faz-se necessário lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas em todo o mundo vive em condições vizinhas a da miséria. Não têm muito o que comer. São vítimas de enfermidades. Sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões mais prósperas”. Ou seja, as nações modernas tinham a responsabilidade em interferir e levar os progressos que a sociedade ocidental experimentou ao longo dos séculos, estando o intuito civilizatório implícito nas propostas de cooperação para o desenvolvimento, entre o Norte global e a periferia. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/33527/hoje+na+historia+1949+-+surge+a+expressao+subdesenvolvimento.shtml>>. Acesso em 31/03/2015.

⁹ Disponível em: <<http://www.usaid.gov/who-we-are/usaid-history>>. Acesso em: 31/03/2015.

¹⁰ Discurso do presidente dos EUA, John F. Kennedy, em 22 de março de 1961, ao congresso dos Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=8545>>. Acesso em 31/03/2015.

Foi nessa perspectiva que a teoria do desenvolvimento alcançou o seu auge político e epistemológico com Walt Whitman Rostow (1916-2003), que foi um dos grandes nomes do liberalismo, estabelecendo a concepção de desenvolvimento como uma problemática estritamente econômica, em fins dos anos 1950. As ideias de Rostow tiveram grande aceitação nos desígnios da política externa estadunidense, sendo Kennedy um dos grandes admiradores de suas obras desde o período em que era senador até a sua ascensão à presidência dos EUA, resultando em encontros e proximidade entre os dois (MELLO, 2009).

Rostow concebia que todas as sociedades “subdesenvolvidas” – ou seja, aquelas que ainda se encontravam no nível “pré-capitalista” – eram econômica, política, cultural e socialmente tradicionais. Reproduzia e ressaltava, dessa forma, a concepção de que o caminho para o nível das sociedades desenvolvidas só poderia ser alcançado através da consecução de estágios ou fases pré-determinadas para o desenvolvimento das sociedades. Tal pensamento teve grande impacto na teoria econômica ocidental e nas políticas de cooperação, levando diversas nações não ocidentais a formularem suas políticas domésticas – impositivamente por acordos de cooperação com os países de renda alta ou por organismos internacionais – em acordo com as teorias de Rostow.

O autor lançou bases e condicionantes para o verdadeiro desenvolvimento econômico necessário para alcançar o nível das sociedades industrializadas. Rostow destacou cinco estágios essenciais para a concretização desses pressupostos: “i) a sociedade tradicional; ii) as condições para ‘decolagem’; iii) a decolagem; iv) o caminho para maturidade, e; v) a era do grande consumo de massa” (ROSTOW, 1959, p. 1). O subdesenvolvimento, de acordo com seu pensamento, era uma etapa anterior àquelas que os países industrializados já alcançaram através do desenvolvimento capitalista. As cinco etapas descritas em suas obras consistiriam em metas a serem almejadas pelos Estados como condição sine qua non para a “decolagem” rumo ao seletivo grupo de países com “alto grau de desenvolvimento”.

O início do processo só poderia ocorrer com o que Rostow chamava de take-off, ou seja, por uma “decolagem”. Para embasar sua tese, o autor buscou exemplificar a partir apresentação/exposição dos acontecimentos econômicos e produtivos ocorridos na Inglaterra à época da Revolução Industrial, nos Estados Unidos no período de pós-Guerra Civil Americana, na Alemanha com a ascensão de Bismarck e no Japão na era da Restauração Meiji. Rostow afirmava que

Tinha sugerido em um artigo anterior que a decolagem consiste, em essência, de uma realização de um rápido crescimento em um limitado grupo de setores, onde as modernas técnicas industriais eram aplicadas. Historicamente, os principais setores da decolagem têm variado dos têxteis (Grã-Bretanha e Nova Inglaterra); das ferrovias (Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá, Rússia); das serrarias modernas e ferrovias (Suécia). Em adição, do processamento agrícola, do petróleo, da substituição de importações industriais, da indústria naval e da rápida expansão em produção militar que tem ajudado a prover o surgimento industrial inicial (ROSTOW, 1959, p. 07).

O desenvolvimento pelas vias do pensamento moderno ocidental passou a ser o modelo ideal para a evolução das situações econômicas, sociais e políticas em qualquer sociedade. Os setores imaginados pelos autores liberais existiriam em qualquer sociedade ao redor da terra e essas forças endógenas levariam, de forma natural, ao processo de decolagem a partir da ajuda oferecida pelas nações desenvolvidas. O caminho para o desenvolvimento era único, linear e universal, de tal modo que algumas nações se encontrariam em estágios “atrasados” e outras em escalas “avançadas”. Foi nesse momento histórico que nasceram diversas organizações de desenvolvimento, como o BID, a AID – pertencentes ao Banco Mundial – a USAID, o FMI, assim como inúmeros cursos universitários e especialistas dedicados ao tema da cooperação para o desenvolvimento, vindo a caracterizar-se como a “era do desenvolvimento” (ABRAHAMSEN, 2000, p. 16).

O “Terceiro Mundo” se tornava uma região apta às intervenções das mais variadas formas pelos países desenvolvidos, devido à construção de uma hierarquia institucionalizada na política internacional pelas ex-potências coloniais. O Terceiro Mundo consistia, dessa forma, em deficiências sociais, políticas e econômicas, ou melhor, era constituído como um todo homogêneo que precisava ser completamente reformado e modificado¹¹. Todavia, tais reformas sempre foram pensadas e aplicadas segundo a lógica ocidental de desenvolvimento, progresso, universalidade e eficiência (ABRAHAMSEN, 2000), ou naquilo que Furtado (2000, p. 09) afirmava sobre as raízes da ideia de progresso baseada em correntes do pensamento europeu, onde “a expansão geográfica da influência europeia significa para os demais povos da Terra, implicitamente considerados ‘retardados’, o acesso a uma forma superior de civilização”.

De acordo com Pureza (2011, p. 16), tais imposições se baseavam na

¹¹ Para Rostow, sua teoria tinha a possibilidade de ser aplicada a qualquer contexto no globo, tomando por base que todo o Sul global seria um mundo homogêneo, além de que sua teoria tinha um cunho universalista. Nada mais era do que a reprodução das lógicas do pensamento moderno ocidental: etnocêntrico, universal e reducionista.

insistência na implantação de formas de regulação padronizadas, tomadas como avesso da bad governance das elites endemicamente corruptas das periferias, a insistência na despolitização da economia e na dogmatização do racionalismo capitalista como fórmula única, e a insistência na compreensão do desenvolvimento como convergência com um padrão liberal adotado pelo centro e, mais que tudo, a insistência na representação das periferias como sofrendo de incapacidades patológicas só superáveis por formas de governação terapêutica exogenamente determinadas são os seus traços mais marcantes.

Nas décadas seguintes, o Norte global continuou a se utilizar do discurso sobre o desenvolvimento, mas modificando os interesses e a semântica. Da ideia de cooperação somente por via econômica – ainda hoje tida como mantra do desenvolvimento e do crescimento econômico –, modificou-se para a necessidade de democratização como meio de alcançar o desenvolvimento e, nos dias atuais, a ideia de boa governação como método de desenvolvimento social, econômico e político para os países em desenvolvimento. O conceito de democratização para o desenvolvimento – sustentada nos ideais da democracia liberal representativa – surgiu em fins da década de 1970 e durante toda a década de 1980 pelos EUA, como forma de pressão aos governos ditatoriais na América Latina e África, até então financiados e suportados pelos mesmos.

Já o conceito de boa governação apareceu de forma mais contundente nos anos 1990, com os processos de ajustes neoliberais nos países do Sul global, impostos através do “Consenso de Washington”. A boa governança se fundamenta na ideia de que os governos que recebem ajuda internacional devem adotar uma série de medidas e reformas econômicas, políticas e administrativas em suas estruturas domésticas, que representariam formas de accountability e responsiveness para as sociedades civis dos países recipiendários, assim como para os contribuintes dos países doadores. Todavia, a lógica permanece a mesma, em que o desenvolvimento é tido como uma receita concluída e os princípios inerentes para o alcance da tão sonhada “sociedade avançada” – como o Norte global se afirma como um espelho que representa o futuro do Sul global – estão predeterminadas por outras sociedades “iluminadas”. De acordo com Grosfoguel (2008, p. 140)

Nos últimos 510 anos do ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano’, passámos do ‘cristianiza-te ou dou-te um tiro’ do século XVI, para o ‘civiliza-te ou dou-te um tiro’ do século XIX, para o ‘desenvolve-te ou dou-te um tiro’ do século XX, para o recente ‘neoliberaliza-te ou dou-te um tiro’ dos finais do século XX e para o ‘democratiza-te ou dou-te um tiro’ do início do século XXI.

É a partir da ebulição dos acontecimentos em fins da segunda guerra, a exemplo do avanço do socialismo, a ascensão dos EUA e URSS – como grandes blocos de poder – e do processo de descolonização das antigas colônias no Sul global, que possibilitou um intenso debate e embate de posições, pensamentos, ações e alternativas à questão do desenvolvimento nas relações internacionais, nas políticas domésticas e na economia internacional. O Sul global começava a dar mostras de que não aceitava mais a invisibilização de suas práticas e conhecimentos no sistema internacional, propondo e contrapondo epistemologias voltadas ao discurso do desenvolvimento, com intuito de tomar em suas próprias mãos as rédeas da História (PRASHAD, 2007).

DISCORDÂNCIAS EPISTEMOLÓGICAS NO SUL GLOBAL: O DEBATE DESENVOLVIMENTO/SUBDESENVOLVIMENTO

Em princípios dos anos de 1950, as concepções acerca do desenvolvimento, produzidas no Norte global, começaram a receber fortes críticas de pensadores advindos do Sul global, com destaque para os Cepalinos. Para os autores da periferia havia uma falta de problematização sobre as temáticas do desenvolvimento e subdesenvolvimento, levantados no discurso hegemônico e produzido nas academias eurocentradas. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento não seriam estágios distintos, como propunham os autores ocidentais, mas processos intrínsecos do próprio sistema capitalista, ou seja, se fazendo “necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial” (FURTADO, 2000, p. 28).

O processo de contestação que começava a tomar corpo nos países periféricos, só pôde ser colocado na ordem do debate devido a três fatores principais: primeiro, aos movimentos de libertação ocorridos nas sociedades africanas e asiáticas do jugo colonial; segundo, com o processo de solidariedade e troca de experiências entre o Sul global, em contraposição ao embate entre os blocos capitalistas e

comunistas, Leste-Oeste; por último, a possibilidade da periferia em produzir e assegurar por vias próprias os desígnios de suas sociedades. Entendia-se, nesse momento histórico, que os países periféricos não poderiam aplicar o mesmo receituário dos países centrais, em vista das diferenças de contextos, não havendo a possibilidade de reprodução das experiências ocorridas nos países centrais.

Pode-se tentar afirmar que o contexto latino americano se distinguia daqueles que vinham se desenvolvendo no sul asiático e africano, devido ao processo de independência ocorrido um século antes na América Latina, pois é bastante conhecido que os países latino americanos promoviam suas políticas econômicas a partir de seus próprios interesses, sem estarem atrelados diretamente a uma potência colonizadora, como nos outros dois contextos¹². Para além disso, alguns países da América Latina passavam por um processo de grande crescimento econômico, sustentado principalmente na exportação de produtos primários e/ou pela industrialização por substituição de importações. Apesar de não estarem sob o jugo colonial, esses países encontravam-se em elevada dependência econômica e política em relação aos países centrais, devido às trocas desiguais no mercado internacional e as características coloniais de suas elites nacionais.

Autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Andre Gunder Frank, Kwame Nkrumah e Walter Rodney começavam a pôr em xeque os receituários político-econômicos do Norte global, contestando os princípios do desenvolvimento por estágios e o consequente processo de modernização nas sociedades que aplicassem tais regras. Apesar de todo o processo de alargamento e de contestação dos debates teórico-práticos ocorridos no contexto da periferia, no período referenciado, destaco que tais autores não fugiam completamente à influência dos cânones eurocêntricos em suas análises da economia política internacional¹³.

Para melhor exemplificar tal afirmação é preciso observar que autores como Rodney, Nkrumah e Frank tinham uma grande influência do marxismo ocidental em seus arcabouços teóricos, assim como Furtado teve uma influência dos princípios keynesianos – sem esquecer sua proximidade com o marxismo e a sociologia norte-americana, advinda de Gilberto Freyre (FURTADO, 1998). O impacto das ideologias do sistema-mundo moderno nas sociedades foi tão profundo e abrangente, que acabou reverberando no próprio pensamento contestatório marxista surgido na luta de classes. Mesmo estando orientado numa concepção de destruição da ordem capitalista, o marxismo incorporou em seu pensamento a lógica do progresso e do tempo linear, fazendo-o migrar dos ideais do “socialismo utópico” para aqueles aplicados no século XX, tidos como “científicos”.

Ressalta-se ainda que, mesmo recebendo uma forte carga de influência das correntes de pensamento eurocêntricas – a exemplo da corrente contestatória marxista ou da corrente reformista keynesiana – esses autores promoveram uma mudança de paradigma nos debates políticos e econômicos da época, introduzindo um leve, mas saboroso tempero do Sul global e visibilizando as realidades políticas, econômicas, sociais e culturais de seus próprios contextos, com intuito de romper a dependência a partir das realidades sociais existentes. Essa alta produção intelectual acabou sendo capitaneada por diversos países latino americanos, aplicando programas de industrialização baseado nos ideais produzidos na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a exemplo dos programas de industrialização através da substituição de importações e, posteriormente, pela substituição de exportações. A periferia passava a ser, nesse momento, não mais como um ator político vazio e sem voz, mas sim um ator político atuante, contestador e promotor de seus próprios desígnios.

Walter Rodney, em sua memorável obra “Como a Europa Subdesenvolveu a África”, afirmava que “o subdesenvolvimento com o qual o mundo está agora preocupado é um produto da exploração capitalista, imperialista e colonial” (RODNEY, 1975, p. 14). Dessa forma, Rodney deixava claro que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento seriam parte do mesmo processo de expansão do capitalismo, ou seja, o subdesenvolvimento não poderia ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista, como Rostow afirmava a partir da “decolagem”. Rodney vai para além em sua investida contra a ideia de desenvolvimento/subdesenvolvimento, de forma ácida, em que afirmava

se ‘subdesenvolvimento’ fosse relatado para qualquer outra coisa que à comparação econômica, então o país mais subdesenvolvido do mundo seriam os EUA, dos quais externamente pratica a opressão em uma escala massiva, enquanto internamente há uma mistura de exploração, brutalidade e desordem psiquiátrica” (Rodney, 1975, p. 14).

O subdesenvolvimento e a dependência política e econômica não se manifestavam só por fenômenos externos, mas também sob as mais variadas formas nas estruturas domésticas das sociedades periféricas (DOS SANTOS, 2000). Foi nessa perspectiva que Kwame Nkrumah (1967) criticou o processo de desenvolvimento exportado pelas potências ocidentais como um capitalismo neocolonial, do qual

¹² O fato dos países latino americanos não terem estado atrelados formalmente a uma potência colonizadora, a partir da metade do século XIX, não fez desaparecer o problema do imperialismo e do colonialismo interno – agora promovido por suas elites – em seus contextos domésticos. O que pretendo demonstrar nessa passagem é a possibilidade das nações recém-independentes na América Latina em poderem ditar seus interesses, mesmo que sejam os interesses das elites atrelados aos interesses do capital internacional.

¹³ Ou seja, tais autores não negavam as contribuições produzidas epistemologicamente no Norte global, assim como não tinham como interesse uma “refundação civilizacional”

o desenvolvimento econômico estaria organizado por uma economia de tipo colonial – não mais o colonialismo formal por administração direta, mas por um novo modo de atuação, através do poder econômico das multinacionais e a imposição de seus interesses nas políticas domésticas dos países da periferia. Para além de todas essas análises, Celso Furtado viria contribuir diretamente no adensamento e no aprofundamento acerca da análise do desenvolvimento nas sociedades periféricas, levando sempre em consideração as particularidades históricas, sociais e culturais.

CELSO FURTADO E O DESENVOLVIMENTO PARA ALÉM DO DETERMINISMO ECONÔMICO: A DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL

Para compreender bem o debate trazido por Celso Furtado sobre o discurso e o debate do desenvolvimento conduzido pelos pensadores ocidentais, é necessário resgatar a discussão levantada por ele mesmo em sua obra “Criatividade e Dependência”. Com o processo de ascensão do sistema mundo capitalista europeu através do processo colonial e a exploração da América, davam-se recursos para o desenvolvimento de um conhecimento que se impunha em detrimento das experiências e saberes ao redor do globo. Constituiu-se o pensamento moderno ocidental, calcado na racionalidade do ser e na concepção de progresso, substituindo uma visão orgânica do mundo por um controle sobre a natureza e tudo aquilo que fosse correlacionado, negando toda e qualquer forma de deslumbramento do desconhecido. (FURTADO, 1974 e 1978; ADORNO; HORKHEIMER, 1986; CASTRO-GÓMEZ, 2005 e 2007). A partir de meados do século XVIII e XIX, que o cogito, ergo sum (penso, logo existo) será alçado à categoria da providência divina, com fins de acabar com os mitos e o desconhecido, mas tornando-se ele mesmo uma fábula, que paira sobre todos os pontos de vista de forma analítica, imparcial e neutra (FURTADO, 1974 e 1978; ADORNO; HORKHEIMER, 1986; CASTRO-GÓMEZ, 2005 e 2007).

O pensamento furtadiano promoveu uma análise crítica à concepção de progresso e desenvolvimento, expondo que os dois conceitos sempre caminhavam juntos no processo de aprofundamento do capitalismo. De acordo com Furtado (1978, p. 76), “a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos”, enquanto “a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro de dependência”. Ou seja, o discurso utilizado do progresso e do desenvolvimento era uma forma “racional” de eliminar o retardamento na diversificação do consumo, voltado a uma conformação das sociedades periféricas na especialização econômica-produtiva de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1978).

Dessa forma, o processo de desenvolvimento estritamente técnico e econômico, figurado na concepção do progresso tecnológico como a única possibilidade de “decolar”, seria ele mesmo um mito. Furtado apresentava uma concepção diferenciada daquela levantada pelos teóricos do Norte global, acerca da problemática do desenvolvimento, pois, para ele, o desenvolvimento imposto era uma transplantação de um modelo de vida baseado nos países capitalistas do Norte para o Sul, da qual se apresentaria

dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Portanto, tem um conteúdo estritamente economicista. Ignorando as aspirações – conflitantes ou não – dos grupos constitutivos da sociedade, ela aponta para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão (FURTADO, 1978, p. 78).

Nesse sentido, o desenvolvimento imposto pelos países do capitalismo central aos do Sul global, desprezava completamente as realidades sociais e culturais existentes em tais sociedades, o que levava, conseqüentemente, ao aprofundamento do desenvolvimento do subdesenvolvimento – termo que havia se entranhado na política internacional e nos discursos para a cooperação Norte-Sul. Nas palavras de Furtado (1998, p. 48),

A teoria do subdesenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. (...) A acumulação, que nas economias cêntricas havia levado à escassez de mão-de-obra, criando as condições para que emergissem pressões sociais que conduziram à elevação dos salários reais e à homogeneização social, produziu nas regiões periféricas efeitos totalmente diversos: engendrou a marginalização social e reforçou as estruturas tradicionais de dominação ou as substituiu por similares. Em verdade, a acumulação periférica esteve de preferência a serviço da internacionalização dos mercados que acompanhou a difusão da civilização industrial.

Ou seja, Furtado entendia plenamente que o processo de desenvolvimento de uma sociedade, principalmente de tipo periférica – formatada através do colonialismo – não poderia seguir os mesmos passos daqueles implementados no Norte global. Nas palavras de Marcos Costa Lima (2020, p. 56), “[tornava-se] supérflua a assertiva de que os países mais adiantados só fazem mostrar aos mais atrasados o seu futuro”. Não se podia desassociar a questão da dependência ou do próprio processo de subdesenvolvimento daquilo que é inerente ao capitalismo: acumulação de capital, exploração e colonialismo. O discurso do desenvolvimento sempre invisibilizou tal discussão, na qual se colocava sempre como uma questão de performance, onde a história se torna uma arena de competição entre diversos povos, mas tendo como modelo maior o processo histórico eurocêntrico (FURTADO, 1978).

O subdesenvolvimento, portanto, representava o processo de acumulação de capital aplicado pelos países centrais na periferia, onde o progresso tecnológico é parte desse impulso e do problema. Ou seja, o subdesenvolvimento

não pode ser estudado como uma ‘fase’ do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo que são coetâneas das economias desenvolvidas, das quais, de uma ou de outra forma, dependem, as economias subdesenvolvidas não podem reproduzir a experiência daquelas. Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna (FURTADO, 2003, p. 88).

O subdesenvolvimento é uma consequência direta do desenvolvimento e do impacto da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), das trocas desiguais nas relações internacionais e da exploração dos recursos naturais e da mão de obra, assim como da imposição de um modo de pensar fundado nos princípios da modernidade ocidental – do progresso científico-tecnológico como modelo universal (PREBISCH, 1949; NKRUMAH, 1967; RODNEY, 1975; FURTADO, 1978; 2002).

A enorme desigualdade das forças produtivas, assim como da divisão internacional do trabalho, era uma das grandes responsáveis pela manutenção do status quo entre as nações ditas “desenvolvidas” e as “subdesenvolvidas” nas relações internacionais. Mesmo no período posterior às independências das nações afro-asiáticas, essas nações continuavam a reproduzir as lógicas das estruturas coloniais, assim como das trocas desiguais no mercado internacional, necessitando, nas palavras de Nkrumah (1967, p. 25) “algo da natureza de uma revolução econômica” como meio de modificar as estruturas globais de poder.

Praticamente não é dada qualquer atenção acerca do discurso do desenvolvimento como a possibilidade das nações “menos avançadas” alcançarem os níveis de “bem-estar” e consumo das sociedades “desenvolvidas”. O alto nível de exploração dos recursos naturais exigidos para a manutenção do modelo de desenvolvimento capitalista, que leva consequentemente a um aumento exponencial do nível de gás carbônico (CO₂) na atmosfera, no número de doenças e internações hospitalares, está condenando o planeta e as futuras gerações a chegar num ponto sem volta.

À GUIA DE CONCLUSÃO: ALTERNATIVAS AO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE CELSO FURTADO

A ideia de desenvolvimento continua, ainda no século XXI, fortemente ligada à concepção de crescimento econômico infinito, ou seja, de um progresso incessante e sempre virtuoso e de um futuro de grandes expectativas, único e homogêneo. A história dos povos ao longo de sua trajetória era (e ainda é) vista como uma competição entre elas, da qual o desenvolvimento é uma linha e a locomotiva seria o objetivo a ser alcançado, de uma forma linear e homogênea por todos. Subdesenvolvimento como estágio histórico é uma criação do pensamento moderno ocidental, com fins de hierarquização das relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

O que Celso Furtado nos demonstra, ao longo das suas inúmeras obras, é que o subdesenvolvimento seria o produto das lógicas de exclusão e exploração existentes no próprio capitalismo, das diversas sociedades ao redor do globo. Por outro lado, desenvolvimento ocorrido em dada sociedade pode dar-se de forma distinta daquelas ocorridas no Norte global, a partir de outros princípios, outras formas de relacionamento entre homem e natureza, da cultura, das relações de trabalho ou de produção. Isso não pode se caracterizar num entendimento de um desenvolvimento “errado”, mas simplesmente como um outro tipo de produzir/fazer, ser e estar no mundo. As sociedades são heterogêneas, assim como as alternativas surgem de modo heterogêneo (FURTADO, 1974; 1978; 1998; 2003; RADOMSKY, 2011).

A possibilidade de encontrar novas formas de desenvolvimento só poderá se dar através da percepção de nossa própria sociedade de que os instrumentos tecnológicos não são o fim, mas parte do processo, e que os valores sociais e culturais podem ter grande relevância nesse intento. De acordo com Furtado (1998, p. 72),

Esse é o círculo maior que deve abarcar a política de desenvolvimento, tanto econômica como social. Somente uma clara percepção da identidade pode instilar sentido e direção a nosso esforço permanente de renovação do presente e construção do futuro. Sem isso, estaremos submetidos à lógica dos instrumentos, que se torna tanto mais peremptória quanto tende a nela prevalecer a dimensão tecnológica.

Por outro lado, Furtado nos conclama a tomarmos as rédeas de nossa própria história, como possibilidade de fazer frente ao processo de acumulação incessante de capital, essência do próprio capitalismo, em que “o sentido do desenvolvimento decorrerá do projeto de autotransformação que se crie na coletividade (...). O fator dinâmico externo não será jamais condição suficiente para o desenvolvimento”¹⁴ (FURTADO, 2003, p. 103). Para isso, é necessário a pressão das forças sociais como meio de limitar a intensidade do projeto capitalista, pois “se o mundo se houvesse desenvolvido dentro das normas de um capitalismo puro, a renda seria ainda mais concentrada do que é hoje” (FURTADO, 1998, p. 76). A criação de sociedades de bem-estar social no Norte global foi, em parte, fruto das intensas lutas sociais contra a exploração incessante da força de trabalho e da desigualdade social.

No momento atual que estamos vivendo, de globalização neoliberal, em que se observa cada vez mais o aumento do desemprego, travestido no discurso de produtividade, desigualdade social e concentração excessiva de renda, se coloca como essencial a ação social como meio de pressão e controle do Estado e do Mercado em suas políticas de desenvolvimento, tanto no Brasil quanto nos demais países da periferia do sistema mundo. Nos interpela Furtado (1998, p. 21) a seguinte questão:

Qual teria sido a evolução das sociedades modernas sem a emergência do poder sindical que assumiu sua forma mais sofisticada na social democracia? Caber pensar que a sociedade democrática e aberta à iniciativa pessoal não teria o papel exemplar que hoje lhe atribuímos sem os sacrifícios realizados por mais de um século de lutas sociais.

Se pretendemos levar a sério o processo de transformação real de nossas sociedades, é necessário que não aceitemos, sem uma análise crítica, os fatores dinâmicos externos e o discurso de um progresso único, universal e linear do capitalismo. A transformação que poderá abarcar toda a potencialidade das sociedades periféricas tem que vir de uma contextualização social, histórica e cultural, além de uma real democratização dos processos de consulta e de tomadas de decisões políticas, através de organizações da sociedade civil, sindicatos e movimentos sociais, levando em consideração a diversidade social e de saberes existentes em cada sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, Rita (2009). **Disciplining Democracy: Development Discourse and Good Governance in Africa**. London: Zed Books Ltd.
- ADORNO, Theodore; HORKHEIMER, Max (1985). **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- ANGELL, Norman (2002). **A Grande Ilusão. Brasília**: Ed. UnB.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2007). **Decolonizar la universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes**. In: _____ CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- _____ (2005). **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- CÉSAIRE, Aimé (2006). **Discurso Sobre el Colonialismo**. Madrid: Ediciones Akal.
- CHAUÍ, Marilena (2000). **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática.
- COSTA LIMA, Marcos (2020). **“A dimensão internacional de Celso Furtado”**. Revista de Ciências Sociais, v. 51, n. 1, p. 45–73.
- COX, Robert (2002). **The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization**. London/New York: Routledge.
- DOS SANTOS, Theotônio (2000). **Teoria da Dependência: balanço e perspectiva**. São Paulo: Civilização Brasileira.

¹⁴ Grifo nosso.

- ESCOBAR, Arturo (1995). **Encountering Development: the making and unmaking of the Third World**. New Jersey: Princeton University Press.
- FANON, Frantz (1968). **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- FRANK, Andre Gunder (1996). **The Development of Underdevelopment**. *Montly Review*, 18(4), pp. 17-31.
- FURTADO, Celso (2003). **Raízes do Subdesenvolvimento**. São Paulo: Civilização Brasileira.
- _____. (2000). **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1998). **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1978). **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1974). **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra.
- GROSFUGUEL, Ramón (2008). **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. *Revista Crítica de Ciências Sociais, Epistemologias do Sul*, n. 80, março: 115-147. Tradução de Inês Martins Ferreira.
- MELLO, Natália Nóbrega de (2009). **Do Desenvolvimento Global ao Paradigma da Ordem e da Estabilidade: representações dos países pobres na teoria do desenvolvimento político norte-americana**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.
- MILANI, Carlos (2012). **Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul**. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, p. 211-231.
- NKRUMAH, Kwame (1967). **Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PRASHAD, Vijay (2007). **The Darker Nations: A People's History of the Third World**. London/New York: The New Press.
- PREBISCH, Raul (1949). **"O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas"**. *Revista Brasileira de Economia*, ano 03, n° 03, pp. 47-111, 1949.
- PUREZA, José Manuel (2011). **O desafio crítico dos Estudos para a Paz**. *Relações Internacionais*, n. 32, pp. 5-22.
- RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (2011). **Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-Desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de 'modernidades alternativas'**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 75.
- RODNEY, Walter (1975). **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova.
- ROSTOW, Walter W (1959). **The Stages of Economic Growth**. *The Economic History Review*, Vol. 12, No. 1, pp. 1-16.
- TUCKER, Vincent (1999). **The Myth of Development: A Critique of a Eurocentric Discourse**. Em: MUNCK, Ronaldo; O'HEARN, Denis. *Critical Development Theory: Contributions to a new paradigm*. London: Zed Books.